

Majoria no Supremo considera crime não pagar ICMS declarado

Depois de atingir placar de seis votos a três, Corte adia conclusão do julgamento para quarta-feira

Por Beatriz Olivon e Joice Bacele — De Brasília

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas



Ministro Luís Roberto Barroso: declarar o tributo e não pagar caracteriza a apropriação indébita tributária — Foto: Divulgação/STF

Está praticamente definido no Supremo Tribunal Federal (STF): não pagar ICMS declarado é crime, desde que comprovado o dolo (intenção). Porém, a chance de o empresário ter que cumprir pena atrás das grades, segundo advogados, é pequena. Mas o condenado ficará sujeito a complicações que, dependendo do caso, poderão inviabilizar os negócios.

Ontem, os ministros retomaram o julgamento de um dos casos mais esperados do ano. No entanto, depois de o placar atingir seis votos a três, o presidente do STF, Dias Toffoli, decidiu pedir vista. O julgamento será retomado na quarta-feira da semana que vem.

Mais de 200 mil devedores poderão ser afetados pelo resultado só em São Paulo e Santa Catarina, segundo afirmou na sessão, iniciada anteontem, o defensor público do Estado de Santa Catarina, Thiago Yukio. Condenações por crime, de acordo com especialistas, podem dificultar os contratos com o poder público ou mesmo com outras companhias, atrapalhar a obtenção de crédito e até a concessão de visto para as viagens internacionais.

O tema é importante para as finanças dos Estados. O ICMS é o tributo mais sonegado do país. São R\$ 91,5 bilhões por ano, segundo o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso. O Rio Grande do Sul, exemplificou, perde R\$ 2 bilhões por ano.

Ele votou a favor da criminalização. Mas considerou “impossível” alguém ser efetivamente preso pelo crime de apropriação indébita tributária. Além da pena se limitar a dois anos, acrescentou, a punibilidade é extinta se o contribuinte quitar o tributo devido, mesmo depois do trânsito em julgado.

No Estado de Santa Catarina, onde o Ministério Público já aplica a criminalização, se comprova o dolo por meio de investigação. A denúncia de crime, então, é analisada pelo juiz. Após sentença e recursos, ainda que se fixe pena de dois anos, ela poderá ser substituída por restritiva de direitos, como multa ou prestação de serviços, segundo Giovanni Andrei Franzoni Gil, promotor de justiça de Santa Catarina. O empresário, porém, deixa de ser réu primário para novos crimes cometidos após o trânsito em julgado.

A empresa, afirma o promotor, ainda pode enfrentar dificuldades de contratar com o poder público, mas a condenação do empresário por crime tributário não gera automaticamente essa consequência. “No Estado, desconheço regra de compliance que impeça a contratação se o empresário não for mais réu primário.”

Advogados da área penal, contudo, afirmam que a decisão poderá trazer consequências graves. “Para qualquer pessoa honesta responder a uma ação penal e ser condenado é extremamente grave, independentemente de ser pena de privação de liberdade”, diz Sérgio Rosenthal, do escritório Rosenthal Advogados.

De acordo com o especialista, com as regras de compliance, cada vez mais comuns nas empresas e no poder público, há mais constrangimentos. “Existem empresas que não contratam com outras que têm empresário condenado pela prática de crime”, afirma. Ele ainda acrescenta que o empresário pode até ter dificuldade em conseguir visto, a depender do destino da viagem.

Com a decisão que se desenha poderão ser abertas investigações sobre ICMS declarado e não pago, de acordo com o advogado Pierpaolo Bottini, que representa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na ação. Segundo Bottini, se o empresário se tornar réu em ação penal, poderá sofrer consequências do ponto de vista civil e também dificuldade para conseguir crédito.

“Os efeitos reputacionais [da perda de primariedade] podem gerar dificuldades na concretização de alguns negócios”, afirma Rogério Taffarello, advogado da área penal empresarial do escritório Mattos Filho. Para ele, haverá insegurança no exercício de atividades empresariais.

Pedro Ivo Velloso, criminalista do escritório Figueiredo e Velloso Advogados, concorda. “Vai dificultar muito continuar na vida empresarial”, diz. “Responder a um processo penal é muito penoso e gera estigmatização. A pessoa passa a ser vista como uma criminosa.”

Segundo o advogado, há risco de prisão se o empresário for reincidente. Ele cita o artigo 44, inciso 2º do Código Penal, que veda a substituição da pena para os casos de reincidência de crime doloso.

Velloso acredita que a decisão do Supremo, se confirmada, afetará em cheio os micro e pequenos empresários, que não têm a mesma estrutura de contingenciamento dos grandes. “O ICMS é declarado no ato da venda, mas não é pago no ato”, chama a atenção. “Será um tiro no pé do empreendedorismo.”

O tema é julgado no STF por meio de recurso contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que considerou crime o não recolhimento de ICMS declarado. No caso, dois empresários eram sócios e administradores de uma empresa em Santa Catarina e deixaram de pagar ICMS entre 2008 e 2011. A empresa entrou em três programas de parcelamento e não quitou a dívida, no valor total de R\$ 30 mil reais.

Para o ministro Luís Roberto Barroso, declarar o tributo e não pagar caracteriza a apropriação indébita tributária se demonstrado dolo. A intenção, segundo ele, deve ser apurada na instrução criminal por situações como inadimplência reiterada, venda de produtos abaixo do preço de custo, criação de obstáculo à fiscalização ou uso de laranjas.

Seguiram o relator os ministros Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Edson Fachin. Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio divergiram. Para eles, trata-se de mero inadimplemento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes finalmente chega em Salvador
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO



Majoria do Supremo vota por punir com prisão quem não pagar ICMS declarado

Prática deve ser enquadrada como crime de apropriação indébita, uma vez que o empresário cobra o valor do tributo do consumidor, mas deixa de fazer o repasse para a administração estadual

Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

12 de dezembro de 2019 | 17h00

Atualizado 12 de dezembro de 2019 | 20h05

BRASÍLIA - O [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) formou maioria a favor da tese de que é crime, com reclusão de até dois anos, deixar de pagar **ICMS** declarado ao Fisco como devido. Pelos votos já proferidos pelos ministros, a prática deve ser enquadrada como crime de apropriação indébita, uma vez que o empresário cobra o valor do tributo do consumidor, mas deixa de fazer o pagamento aos cofres públicos.

LEIA TAMBÉM [>STF decide se é crime deixar de pagar ICMS declarado e cobrado do consumidor](#)

Após seis votos a favor dessa tese e três contra, o julgamento foi suspenso por pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do presidente da Corte, Dias Toffoli e deve ser retomado na próxima quarta-feira (18). Além de Toffoli, falta o voto de Celso de Mello.

Os seis ministros que formaram a maioria consideraram que essa dívida declarada, mas não paga por empresários, pode implicar processo criminal por apropriação indébita, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Todos os seis entenderam que é preciso ser comprovado o dolo, intenção deliberada de não pagar o ICMS, imposto estadual que incide sobre operações como compra de mercadorias (alimentos, eletrodomésticos, bebidas etc.) e é adicionado ao valor do produto adquirido.

Segundo dados encaminhados ao Supremo, em 2018 a dívida declarada e não paga de ICMS em 22 Estados era de mais de R\$ 12 bilhões.

Tribunais no País vêm tomando decisões divergentes sobre a possibilidade de condenação criminal dos devedores. Por ser declarada, a dívida não conta como sonegação. Por isso, Estados começaram a entrar na Justiça pedindo condenações. A decisão do Supremo não deve ser obrigatória, mas deve servir de orientação para que as demais instâncias da Justiça analisem os casos.

Na sessão de quarta-feira, 11, o relator do caso, ministro [Luis Roberto Barroso](#), havia votado pela criminalização da prática, desde que a Justiça comprove o dolo (intenção de não pagar), o que deve ser apurado pelo juiz competente. Ele foi acompanhado por [Alexandre de Moraes](#). O ministro [Gilmar Mendes](#) divergiu e votou pela tese de que deixar de pagar o ICMS declarado não configura crime.

Nesta quinta-feira, 12, acompanharam o relator os ministros [Luiz Fux](#), [Edson Fachin](#), [Rosa Weber](#) e [Cármen Lucia](#). Os ministros [Ricardo Lewandowski](#) e [Marco Aurélio](#) votaram pelo mesmo entendimento que Gilmar Mendes.

O caso

O julgamento se refere a um recurso apresentado por um casal de lojistas de Santa Catarina, denunciado pelo Ministério Público estadual por não ter recolhido o valor referente ao ICMS em diversos períodos entre 2008 e 2010.

O casal de lojistas ingressou com o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) em outubro do ano passado, após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter considerado crime não pagar o ICMS declarado. A defesa dos lojistas sustenta que a simples inadimplência fiscal não caracteriza crime, pois não houve fraude, omissão ou falsidade de informações ao Fisco.

A [Procuradoria-Geral da República \(PGR\)](#) se posicionou pela rejeição do recurso – ou seja, a favor da tese de que o não pagamento do tributo é crime. O Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg) também defende que a prática seja considerada crime, sob o argumento de que muitos

contribuintes declaram o ICMS e alegam “mero inadimplemento”, causando prejuízo aos cofres públicos.

O julgamento é aguardado pelos Estados, que esperam ter em uma eventual criminalização da prática maior força para cobrar o ICMS devido pelos contribuintes. Uma estimativa conservadora do Conpeg mostra que uma decisão nesse sentido poderia injetar de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões nos Estados e Distrito Federal. Mas esse cálculo ainda pode crescer, uma vez que nem todos os governos estaduais conseguiram consolidar os seus dados.

Além disso, o valor se refere apenas ao que já foi declarado e não foi pago, mas está em fase de cobrança. A avaliação é de que a criminalização pode influenciar o comportamento dos contribuintes e desincentivá-los a atrasar o pagamento de tributos.

Dívidas ao INSS

Fontes do governo federal ressaltam que houve uma mudança de comportamento dos empresários quando o não pagamento de contribuições previdenciárias foi criminalizado. A apropriação indébita dessas receitas, que pertencem à União, acabou caindo. Na prática, segundo essas fontes, esse tipo de débito acabou virando uma prioridade para os contribuintes em caso de dificuldades financeiras. Quando é instaurado o inquérito ou o Ministério Público faz a denúncia, a dívida termina sendo paga, explicou uma fonte.

Na sessão de quarta-feira, Barroso ressaltou que muitos contribuintes deixaram de sonegar e passaram a declarar a dívida, sem quitá-la, na tentativa de escapar da criminalização. “Olha, eu devo esse tributo, devo não pago’. Portanto, aumentou exponencialmente a quantidade de episódios de apropriação tributária indébita”, disse. Segundo ele, só em Santa Catarina o número de comunicações desse tipo de prática passou de 1 mil para quase 4,5 mil.

“Houve migração do crime de sonegação para o crime de apropriação indébita. Porque aí eu não pago e não tem consequência de natureza penal. Não é esse tipo de conduta que o direito deseja estimular”, afirmou Barroso.

Votos

O ministro Luiz Fux ressaltou que a possibilidade de sonegar impostos ou “viver às custas do Estado” (como ocorre no caso da apropriação indébita) está introjetada na cultura da sociedade brasileira e é a “gênese da corrupção”.

Fachin, por sua vez, defendeu que o não pagamento “não denota apenas e tão somente inadimplemento, mas sim disposição de recursos de terceiros, aproximando-se de uma espécie de apropriação tributária”.

A ministra Cármen Lucia ressaltou que “não há nada que se possa ser considerado indevido, ilegal ou constrangimento” na apuração do crime de apropriação indébita quando há ausência do repasse do ICMS devido. Ela ponderou que é necessário provar a intenção de não pagar para que haja condenação.

Críticas

Na avaliação do advogado Pierpaolo Bottini, que atua no processo representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mais do que uma questão técnica, o que está em jogo é a legitimidade de usar o direito penal como instrumento de política fiscal.

“A Constituição prevê que não haverá prisão por dívida, exceto em caso de alimentos. Aquele que reconhece a inadimplência fiscal não sonega, não frauda, não esconde. Apenas deixa de pagar, é devedor do Estado. Não se trata de conduta louvável. É um ato reprovável, com consequências sociais e econômicas e tal comerciante deve ser objeto de execução fiscal. Mas não há crime, segundo a própria Constituição”, defendeu.

Para o advogado Rogério Taffarello, coordenador da área de direito penal empresarial do escritório Mattos Filho, a decisão do STF é equivocada porque rompe com a ideia de que o crime tributário pressupõe a existência de fraude, quando o contribuinte atua para enganar o Fisco e pagar menos imposto.

“A decisão vai gerar uma insegurança jurídica no meio empresarial”, afirmou. Segundo ele, embora o ministro Barroso tenha destacado a necessidade do “dolo” (intenção de não pagar o tributo) para caracterizar o crime, o que se verá é um automatismo nas

criminalizações. Ele argumenta ainda que os Estados “têm outros meios de cobrar imposto” e que melhorar a arrecadação não é a finalidade do direito penal.

Já a advogada Ariane Guimarães, responsável pela área de direito tributário no Mattos Filho, destaca que já há um projeto em tramitação no Congresso Nacional discutindo medidas mais duras para cobrar impostos de devedores contumazes, que adotam o “calote” na administração tributária como prática recorrente. “O STF se antecipar e criminalizar (o não pagamento) sem colocar critérios claros do que é o devedor contumaz é um atropelo”, afirmou.

FOLHA DE S.PAULO

Plenário do Supremo forma maioria para considerar crime calote de ICMS

Corte avalia como tratar quem não tem intenção de pagar tributo declarado; julgamento volta no dia 18

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria (seis votos), nesta quinta-feira (12), para considerar crime o não pagamento do ICMS declarado pelo comerciante à Fazenda estadual. Com placar parcial de 6 votos a 3 pela criminalização, o presidente do tribunal, Dias Toffoli, pediu vista e adiou o término do julgamento para quarta (18). Faltam os votos de Toffoli e Celso de Mello.

A discussão é se o não pagamento do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) é mera inadimplência ou se é crime como o de apropriação indevida, uma vez que o comerciante recebeu do consumidor o valor, que estava embutido no preço da mercadoria, e não o repassou ao estado.

A situação em debate é diferente da sonegação, quando o empresário omite das autoridades o valor que deve ser pago. O que se discute são os casos em que os comerciantes informam o ICMS devido, mas não pagam no prazo.

Na quarta (11), quando o julgamento começou, o relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, votou pela possibilidade de criminalização, considerando a análise caso a caso. Para ele, o juiz deve diferenciar se o empresário é um devedor contumaz ou se não pagou no prazo por estar enfrentando alguma dificuldade financeira.

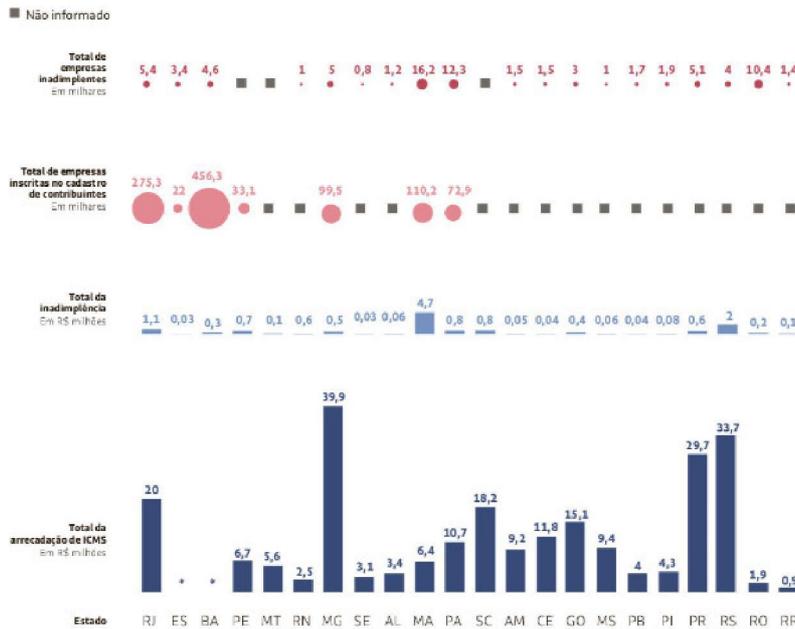
Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lúcia acompanharam Barroso.

Gilmar Mendes abriu a divergência, afirmando que o não pagamento é mero inadimplimento, e não crime. Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio acompanharam Gilmar.

A discussão chegou ao Supremo a partir de um caso de dois empresários de Santa Catarina. Eles declararam operações de venda ao fisco, mas deixaram de pagar o ICMS devido. Foram denunciados pelo Ministério Público estadual sob acusação de crime previsto na lei que define os crimes contra a ordem tributária (lei nº 8.137/1990).

O crime é o de "deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos". O juiz de primeira instância absolveu os empresários por considerar que o fato não se enquadrava nessa lei. O Minis-

Não pagamento de ICMS em 2018



*Os dados relativos a BA e ES informados ao STF não coincidem com os disponíveis nos portais dos estados e foram desconhecidos. Os estados de SP, AP, AC e TO e o DF não encaminharam seus dados ao Supremo. Fonte: Conselho (conselho de secretários da Fazenda)/STF

indevidamente", disse. Fachin afirmou que deixar de pagar ao estado o ICMS declarado "não denota apenas e tão somente inadimplimento, mas, sim, disposição de recursos de terceiros, aproximando-se de uma espécie de apropriação tributária".

Para Cármen Lúcia, o valor do ICMS que o comerciante recebe ao vender uma mercadoria apenas transita pela conta dele, sem se incorporar ao seu patrimônio. Assim, o recolhimento ao fisco estadual é "uma obrigação insuperável". Gilmar, por outro lado, considerou que, para haver crime, é preciso haver fraude, como acontece nos casos de sonegação. "A intervenção criminal só se justifica na medida em que houver fraude pelo agente."

Marco Aurélio demonstrou perplexidade com a decisão da maioria. "Jamais este tribunal assentou que, em se tratando de débito fiscal, tem-se a possibilidade de partilhar-se para a glosa penal", afirmou.

Várias entidades ingressaram no processo como "amicus curiae" (amigas da corte, em latim), como a Fecomércio SP e a Fiesp (federação das indústrias de São Paulo).

"A inadimplência só ganha relevância penal quando é acompanhada da fraude, da sonegação. A mera inadimplência, quando declarada, é um problema civil, problema tributário [e não penal]", defendeu o advogado dessas entidades, Pierpaolo Bottini.

Ele destacou que a legislação não permite a prisão por não pagamento de dívida.

Já a advogada Luciana Marques Vieira da Silva Oliveira, que representou todos os estados, disse que deixar de criminalizar a conduta gera perdas para os governos, que, consequentemente, deixam de prestar serviços para a população.

**EM UMA SALINHA DE 25M²
NASCEU A EMPRESA
QUE REVOLUCIONOU O
SISTEMA FINANCEIRO
BRASILEIRO**

NA RAÇA

terio Público recorreu, e o Tribunal de Justiça catarinense condenou os comerciantes. A Defensoria Pública pediu habeas corpus ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que rejeitou o pedido e considerou que o não pagamento havia configurado crime. A defensoria, então, recorreu ao STF, mas contra a decisão do STJ.

A decisão do STF pela criminalização só vale para o caso concreto de Santa Catarina, mas serve como sinalização para as instâncias inferiores.

Hoje, segundo Barroso, cada Tribunal de Justiça entende de uma maneira. Em Santa Catarina, por exemplo, o não pagamento do ICMS declarado é considerado crime, e no Rio Grande do Sul, não.

Enquanto a inadimplência no primeiro estado é de cerca de 4%, disse o ministro, no segundo chega a 8%.

Ainda segundo Barroso, a acusação criminal causará transtornos ao empresário que não pagar o ICMS declarado, mas não o levará para a cadeia porque as penas previstas são baixas.

"É praticamente impossível que alguém seja efetivamente preso por esse crime. A pena é bem baixa, de seis meses a dois anos. São cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo, e, em caso de condenação, substituição [da prisão] por penas privativas de direito", disse.

"O cidadão comum paga mais [pela mercadoria] para que o comerciante recolha esse tributo para a Fazenda estadual. Tenho dificuldade para entender que argumento legitimaria que o comerciante, que acresceu esse valor ao preço, pudesse não recolhê-lo ao fisco. Os comerciantes são meros depositários desse ingresso de caixa que deve ser recolhido aos cofres públicos."

Moraes usou o mesmo argumento. "Aquele que recolhe esses valores [ICMS] tem a posse temporária. Não se transformou de dinheiro público, vindo de imposto, em patrimônio particular. No momento em que ele [comerciante] se apropriou, ele se apropriou

MAIORIA**STF entende
que é crime
deixar de pagar
ICMS declarado****DA REDAÇÃO**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem a favor da tese de que é crime deixar de pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já declarado.

Após seis votos a favor dessa tese e três contra, o julgamento foi suspenso por pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do presidente da Corte, Dias Toffoli, e deve ser retomado na próxima quarta-feira (18). Além de Toffoli, falta o voto de Celso de Mello.

Os ministros que formaram a maioria consideraram que essa dívida declarada, mas não paga por empresários, pode implicar processo criminal por apropriação indébita.

Na Bahia

Em decisão proferida ontem, a Seção Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça da Bahia julgou improcedente um recurso interposto por uma empresa do segmento de transportes interestadual e intermunicipal, na qual pleiteava o direito à restituição de valores supostamente pagos de forma indevida a título de ICMS, no valor de R\$ 210 milhões.

De acordo com a empresa, inexistia à época dos fatos discutidos no processo qualquer alíquota a ser considerada no cálculo da obrigação tributária (critério quantitativo da hipótese de incidência), o que resultaria na desoneração do próprio imposto.

NELSON JR./STF


Supremo Tribunal Federal (STF) forma maioria para criminalizar a falta de pagamento de ICMS declarado

a intenção de cometer o ilícito. Estariam preservadas, portanto, empresas que não puderem pagar o imposto por dificuldades financeiras e não tenham tido a intenção de sonegar. O entendimento do Supremo não tem efeito no dia a dia do consumidor. O que muda é a forma como a irregularidade cometida por empresários passará a ser tratada pela Justiça: apropriação indébita, com pena de seis meses a um ano, mais pagamento de multa.

O julgamento foi interrompido e deve ser retomado na próxima semana. Até agora, votaram pela criminalização da conduta o relator, ministro Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lúcia. Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello discordaram dos colegas. Dias Toffoli e Celso de Mello ainda votarão. O processo em julgamento é um caso de Santa Catarina, mas a interpretação do STF abre caminho para que outros tribunais adotem mesma tese.

Maioria do STF vê crime em deixar de pagar o ICMS

TRIBUTOS Seis dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram para que a falta de pagamento do ICMS seja considerada crime, e não apenas inadimplência fiscal. Na prática, o devedor poderá ser processado criminalmente e até ser preso por não pagar o tributo, caso a maioria seja mantida até o fim do julgamento. Hoje, quem deixa de recolher imposto pode res-

ponder apenas a cobrança judicial em um processo cível.

O ICMS é um imposto estadual e está embutido no valor de produtos e serviços. Ao cobrar o tributo do consumidor e não acertar as contas com o Fisco, o empresário comete crime, na visão da maioria dos ministros.

A condição para que a irregularidade seja tratada como crime é que seja comprovada

Tribuna

Supremo vota por punir com prisão quem não pagar ICMS

IDIANA TOMAZELLI
O ESTADO DE S. PAULO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para criminalizar o não pagamento de ICMS declarado ao Fisco como devido. Pelos votos já proferidos pelos ministros, a prática deve ser enquadrada como crime de apropriação indébita, uma vez que o empresário cobra o valor do tributo do consumidor, mas deixa de fazer o repasse para a administração estadual.

O crime de apropriação indébita é previsto no artigo 168 do Código Penal Brasileiro, com pena de seis meses a dois anos de reclusão, além de multa. A questão em julgamento é diferente de sonegação, quando o contribuinte sequer declara o

imposto devido ao Fisco.

O julgamento de ontem se encerrou com placar de 6 votos a favor da criminalização e 3 contrários. O presidente do STF, Dias Toffoli, pediu vista (mais tempo para análise) do processo. Segundo ele, o julgamento será retomado na próxima quarta-feira, 18.

Na sessão de quarta-feira, 11, o relator do caso, ministro Luis Roberto Barroso, havia votado pela criminalização da prática, desde que a Justiça comprove o dolo (intenção de não pagar), o que deve ser apurado pelo juiz competente. Ele foi acompanhado por Alexandre de Moraes. O ministro Gilmar Mendes divergiu e votou pela tese de que deixar de pagar o ICMS declarado não configura crime.

Ontem, acompanharam o relator os ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Rosa Weber e Cármen Lucia. Os

ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio votaram pelo mesmo entendimento que Gilmar Mendes. O julgamento se refere a um recurso apresentado por um casal de lojistas de Santa Catarina, denunciado pelo Ministério Público estadual por não ter recolhido o valor referente ao ICMS em diversos períodos entre 2008 e 2010.

O casal de lojistas ingressou com o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) em outubro do ano passado, após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter considerado crime não pagar o ICMS declarado. A defesa dos lojistas sustenta que a simples inadimplência fiscal não caracteriza crime, pois não houve fraude, omissão ou falsidade de informações ao Fisco.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou pela rejeição do recurso — ou seja, a favor da tese



O SUPREMO Tribunal Federal (STF) formou maioria para criminalizar o não pagamento de ICMS declarado ao Fisco como devido

de que o não pagamento do tributo é crime. O Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg) também defende que a prática seja considerada crime, sob o argumento de que muitos contribuintes declaram o ICMS e alegam "mero inadimplemento", causando prejuízo aos cofres públicos.

O julgamento é aguardado pelos Estados, que esperam ter em uma eventual criminalização da prática maior força para cobrar o ICMS devido pelos contribuintes.

Uma estimativa conservadora do Conpeg mostra que uma decisão nesse sentido poderia injetar de R\$ 350 milhões a R\$ 400 milhões nos Estados e Distrito Federal. Mas esse cálculo ainda pode crescer, uma vez que nem todos os governos estaduais conseguiram consolidar os seus dados.

Além disso, o valor se refere apenas ao que já foi declarado e não foi pago, mas está em fase de cobrança. A avaliação é de que a criminalização pode influenciar o comportamento dos

contribuintes e desincentivá-los a atrasar o pagamento de tributos.

Fontes do governo federal ressaltam que houve uma mudança de comportamento dos empresários quando o não pagamento de contribuições previdenciárias foi criminalizado. A apropriação indébita dessas receitas, que pertencem à União, acabou caindo. Na prática, segundo essas fontes, esse tipo de débito acabou virando uma prioridade para os contribuintes em caso de dificuldades financeiras.

Por projetos, grupo do Nordeste abranda ataques a Bolsonaro

Governadores do Consórcio Nordeste defendem relação institucional com Bolsonaro para viabilizar projetos de grande porte na região

Por Malu Delgado — De São Paulo

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas



Antes de embarcarem para Alemanha, Itália e França, políticos se reuniram com o ministro 'olavista' Ernesto Araújo — Foto: Camila Peres/Divulgação Governo da Bahia

Os nove governadores do Nordeste, a maioria de oposição - quatro do PT, dois do PSB, um do PCdoB, um do PSD e um do MDB -, amenizam o discurso político contra o governo federal para tentar viabilizar projetos econômicos consorciados de grande porte na região.

No fim de novembro, após a primeira incursão oficial do Consórcio Nordeste na Europa, passando por Alemanha, Itália e França, os governadores conseguiram a simpatia de três agências financeiras europeias para investir em um projeto regional de abastecimento de água no interior nordestino que possa substituir, em definitivo, o percurso de carros-pipa que consomem, hoje, R\$ 1 bilhão ao ano da União. O financiamento, no entanto, precisa do aval federal, por se tratar de uma operação de crédito.

“Teríamos que viabilizar esse financiamento via União, via BNDES, com contrapartida dos nove Estados, ou via Banco do Nordeste. O consórcio, em si, não pode contrair o empréstimo”, explicou o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), falando em nome do grupo. Participaram da missão à Europa, além do cearense, os governadores Rui Costa (Bahia), Renan Filho (Alagoas), João Azevêdo (Paraíba), Paulo Câmara (Pernambuco), Wellington Dias (Piauí), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), o vice-governador Carlos Brandão (Maranhão) e o superintendente de parcerias público-privadas do Sergipe, Oliveira Junior, em nome do governador Belivaldo Chagas.

Segundo Santana, a parceria com a União é imperativa para que o consórcio possa ter êxito em várias de suas ações coletivas. “O Consórcio Nordeste não é um movimento político; é uma estratégia de gestão”, enfatiza o petista. O consórcio, complementa, é a maneira pela qual a região mais pobre do Brasil, articulada, poderá crescer, “defender seus interesses e otimizar seus recursos para fazer mais com menos”. O governador pontua que todas as regiões do país têm optado por esse novo arranjo de gestão, e cita o Norte e Centro-Oeste como exemplos.

A criação do grupo no início do ano, a despeito dos objetivos econômicos, foi interpretada também como contraponto político ao presidente Jair Bolsonaro, já que a maioria dos governadores está em partidos de centro-esquerda. Desde março, quando o Consórcio Nordeste foi oficializado, não foram poucos os ruídos com Bolsonaro, a começar pelas declarações preconceituosas e pejorativas do presidente contra nordestinos, tendo como alvo principal o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

Em seguida, outro embate crítico foi sobre a lentidão do governo federal para atuar no derramamento de óleo na região, atingindo o potencial turístico dos Estados nordestinos, ameaçando biomas e a sustentabilidade.

Mas com uma ambiciosa carteira de parcerias público-privadas (PPPs) em formulação, os governadores da região reconhecem que vão precisar do apoio institucional da Presidência. “Em muitas áreas vamos precisar. Por isso tenho colocado a importância de ter sempre conosco a parceria e a presença do governo federal”, enfatizou o cearense.

“A política precisa acontecer no momento certo, na hora certa, na eleição”, advoga Camilo Santana. O governador diz que tem buscado uma relação respeitosa com Bolsonaro, com quem tem conversado por telefone e até pessoalmente. A criação do Consórcio Nordeste, admite ele, gerou “muita intriga, muita fofoca” e ruídos com o governo federal. Integrantes do governo federal enxergam, no grupo nordestino, um potencial para críticas a Bolsonaro. “Esse nunca foi o objetivo. A crítica que fazemos, e é construtiva, não só a esse governo, mas ao governo passado, é que as mudanças, no Brasil precisam ser dialogadas.” Santana cita, como exemplos, as reformas da Previdência e tributária, não debatidas com governadores.

“Isso mexe com a vida das pessoas. Falta esse diálogo, essa construção mais coletiva. É uma federação, são três entes.” O governador cita, ainda, o fato de 85% da dívida pública estar concentrada em quatro Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. “Mas a grande maioria de recursos de financiamentos e ou empréstimos vai para Estados mais ricos, com problemas, que não fizeram o dever de casa, mas são sempre os mais beneficiados.”

As áreas estratégicas nas quais os Estados nordestinos buscam parcerias com a iniciativa privada já estão definidas: distribuição de gás, energias renováveis, esgotamento sanitário e conectividade (o cinturão digital nordestino). “Estamos mostrando para as empresas que queremos abrir editais coletivos para que elas façam investimentos e, claro, tenham retorno econômico para exploração de serviços”, afirmou Camilo Santana. O mercado consumidor do Consórcio Nordeste é de 57 milhões de pessoas e a região detém 14% do PIB brasileiro. Para os governadores, trata-se de um cartão de visitas nada desprezível para investidores.

Antes de viajarem à missão na Europa, os governadores pediram uma reunião com o ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Como saldo, após petistas e um dos expoentes de Olavo de Carvalho na Esplanada terem concordado em se sentar à mesa, o Itamaraty enviou um de seus representantes para acompanhar a comitiva de governadores. O diretor do Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria do ministério, Luiz Cesar Gasser, viajou com os governadores nordestinos à Europa.

“Estamos numa federação, composta por União, Estados e municípios. Essa relação precisa ser muito positiva, institucional”, destaca o governador do Ceará. Segundo ele, sobretudo quando os Estados nordestinos decidirem propor PPPs que envolvam serviços sob concessão federal, como energia e ferrovias, nada sairá do papel sem esse entrosamento com a União.

Para melhorar o diálogo com o Executivo federal, os governadores do Nordeste querem criar uma sede do consórcio em Brasília. Ela deve ser inaugurada em 2020. Os governadores também montaram câmaras técnicas para organizar editais e formatar projetos de PPPs por assunto.

No caso de recursos hídricos, o projeto começou a ser definido na volta da viagem pela Europa. As agências AFD (francesa), Fida (italiana) e o Ministério de Cooperação da Alemanha ficaram interessados em financiar integralmente o projeto. “É um absurdo estarmos em pleno século 21 e haver cidades sem esgoto, abastecimento com carro-pipa, sem coleta e tratamento de água”, enfatizou Camilo Santana.

O governador deu como exemplo, durante a viagem, um projeto piloto desenvolvido em cinco municípios do sertão cearense, com financiamento de R\$ 500 milhões pelo Banco Mundial. “Vamos usar todas as técnicas para garantir o abastecimento de água em um território específico. Sugeri que transformássemos essa experiência aqui do Ceará num grande projeto do Nordeste”, diz Santana.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos

[EUQUEROINVESTIR.COM](#)

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

[CUPONOMIA](#)

LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes finalmente chega em Salvador

[RETROVISOR MASTER VIEW](#)

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.

[GOVERNO DO BRASIL](#)

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet

[MÉTODO INGLÊS RÁPIDO](#)

LINK PATROCINADO

Testamos o SUV compacto da Suzuki, Jimny Sierra saiba o resultado

[REVISTA CARRO PARA SUZUKI](#)

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Delta vende participação na Gol e conclui saída anunciada em setembro

VALOR INVESTE

Brasileiro está entre os que mais poupam, mas que menos se preocupam com aposentadoria

VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Copo meio cheio, copo meio vazio

VALOR INVESTE

Descubra se você caiu na malha fina e como sair dela

VALOR INVESTE

Carne tem maior alta em 9 anos por maior exportação para a China



Ford pode investir R\$ 1,4 bilhão na Bahia, afirma sindicato

Valor seria gasto na produção de novos modelos caso a empresa consiga aprovar plano de redução de custos

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

13 de dezembro de 2019 | 04h00

Trabalhadores da **Ford** de Camaçari (BA) realizaram na quinta, 12, assembleia para discutir a proposta da empresa para reduzir custos de produção e, assim, atrair aportes para a produção de novos veículos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Júlio Bonfim, disse que as negociações envolvem investimentos de R\$ 1,4 bilhão.

LEIA TAMBÉM [>Ford condiciona investimento a redução de custo](#)

Segundo Bonfim, o que o presidente da Ford América do Sul, Lylle Watters, pediu na semana passada, em reunião com os trabalhadores, “é a precarização da mão de obra”. Proposta aprovada pelos trabalhadores e entregue à empresa, diz ele, evitaria esse quadro e ainda poderia garantir a produção de três novos veículos na unidade, todos utilitários-esportivos, segmento que cresce no Brasil e é mais rentável.

Hoje a fábrica produz os modelos Ka e EcoSport. A Ford não comentou o assunto ontem. Na quarta-feira, Lylle informou que a empresa tem urgência em reduzir custos de produção na Bahia para garantir investimentos em novos produtos. A unidade passou a ser a única fábrica de carros do grupo no País após o fechamento, em novembro, da planta de São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

O executivo citou vários custos que, segundo ele, são maiores em Camaçari do que na média das demais empresas do setor. Um deles é o da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que é 35% superior aos demais. Também afirmou que os custos das peças são mais altos pois grande parte dos fornecedores está na região Sudeste, assim

como os gastos com transporte dos carros, por causa da distância dos polos de maior consumo, como São Paulo.

Neste ano, os cerca de 8,5 mil funcionários do complexo, incluindo os das autopeças, receberam R\$ 19,6 mil de PLR. “A empresa quer pagar R\$ 14 mil aos funcionários da Ford e R\$ 4 mil aos das autopeças, mas não concordamos”, disse Bonfim.

A proposta da entidade é de R\$ 15,5 mil em 2020, R\$ 16,5 mil em 2021, R\$ 17,5 mil no ano seguinte e R\$ 18 mil em 2023, período em que os trabalhadores teriam estabilidade no emprego. O sindicalista disse ainda que a Ford quer congelar salários por quatro anos, outra medida que não é aceita.

Fábrica do ABC

Lylle também afirmou, na quarta-feira, que há outros grupos interessados na compra da fábrica do ABC, sem citar nomes. Há rumores no mercado de que a nova interessada seria a chinesa BYD, que produz ônibus elétricos em Campinas (SP), mas nenhum dos lados confirmou.

Ford pode investir mais R\$ 1,4 bi em fábrica de Camaçari, afirma sindicato

MONTADORA Trabalhadores da Ford de Camaçari realizaram, ontem, uma assembleia para discutir a proposta da empresa para reduzir custos de produção e, assim, atrair aportes para a produção de novos veículos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Júlio Bonfim, disse que as negociações envolvem investimentos de R\$ 1,4 bilhão.

Segundo Bonfim, o que o presidente da Ford América do Sul, Lylle Watters, pediu na semana passada, em reunião com os trabalhadores, "é a precarização da mão de obra". Proposta aprovada pelos trabalhadores e entregue à empresa, diz ele, evitaria esse quadro e ainda poderia garantir a produção de três novos veículos na unidade, todos utilitários-esportivos.

Hoje a fábrica produz os modelos Ka e EcoSport. A Ford não comentou o assunto ontem. Na quarta-feira passada, Lylle informou que a empresa tem urgência em reduzir custos de produção na Bahia para garantir investimentos em novos produtos. A unidade passou a ser a única fábrica de carros do grupo no país após o fechamento, em novembro, da planta de São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

O executivo citou vários custos que, segundo ele, são maiores em Camaçari do que na média das demais empresas do setor. Um deles é o da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que é 35% superior aos demais. Também afirmou que os custos das peças são mais altos pois grande parte dos fornecedores está na região Sudeste, assim como os gastos com transporte dos carros, por causa da distância dos polos de maior consumo, como São Paulo.

250

mil veículos
por ano é
capacidade
de produção
da fábrica da
Ford na Bahia

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



 @donaldsongomes

CAMINHO TRAÇADO

O diretor executivo de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy, esteve esta semana em Sergipe e na Bahia com a missão de conversar com os governadores dos dois estados - Belivaldo Chagas Silva e Rui Costa, respectivamente - a respeito do processo de vendas de ativos da empresa nos dois estados. Não é um assunto bom para nenhum governo, mas o papo foi positivo, garante Ardenghy. "Eles entenderam que está saindo uma empresa que não tem capacidade de investimento, dando lugar para outras que chegam com apetite para investir e ganhar mercado", compara. Na pauta, estiveram a venda da Refinaria Landulpho Alves e de poços em terra, além dos arrendamentos da Fafen e do Terminal de Regaseificação, passando ainda pelo enxugamento da estrutura administrativa no estado. Ardenghy explicou que para a Petrobras a produção em terra se tornou inviável e que a prioridade da empresa é viabilizar a exploração do pré-sal. Enquanto os poços da bacia do Recôncavo produzem uma média de 27 barris por dia, um poço na nova fronteira de produção brasileira chega a atingir os 70 mil barris por dia.

27

barris por dia é a média de produção dos campos terrestres na Bahia

Sem crise

A inauguração da terceira unidade do Atacadão na Região Metropolitana de Salvador (RMS), 17ª na Bahia, é um sinal claro de que o segmento atacadista passou longe do cenário de dificuldades recentes na economia nacional. No caso da rede em particular, a crise na economia teve até aspectos positivos, avalia o vice-presidente do Atacadão, Marco Oliveira. "No cenário de dificuldades, as pessoas buscam alternativas mais econômicas e o nosso modelo de negócios costuma representar uma alternativa competitiva", avalia. O Atacadão no Bonocô recebeu um investimento de R\$ 65 milhões na montagem da estrutura, além de outros R\$ 15 milhões no estoque inicial. A expectativa da rede é de iniciar a operação com aproximadamente 100 mil tickets por mês, podendo chegar em breve aos 130 mil.

No cenário de dificuldades, as pessoas buscam alternativas mais econômicas
Marco Oliveira

Vice-presidente do Atacadão

Mesmo com déficit, dívida fica estável de 2020 a 2022

Endividamento público bruto ficará estabilizado na casa de 78% do PIB, segundo Tesouro

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

13/12/2019 05h00 · Atualizado há 3 horas



Mansueto Almeida, do Tesouro: A boa notícia é que o superávit primário não precisa mais ser de 2% ou 3% do PIB — Foto: Divulgação

As novas projeções do Tesouro Nacional mostram que a dívida pública bruta ficará estabilizada em torno de 78% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos três anos, mesmo com os déficits primários previstos para 2020, 2021 e 2022.

Se o déficit primário do setor público consolidado ficar em R\$ 63 bilhões em 2019, como é uma possibilidade admitida pelo próprio governo, a dívida bruta “ficará praticamente estável a partir deste ano”, disse ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, ao **Valor**. “Se crescer, será muito pouco.”

torno de 78% do PIB até 2022. A previsão do Tesouro é que o déficit primário do setor público fique em 1,53% do PIB em 2020, 0,78% do PIB em 2021 e 0,34% do PIB em 2022.

Para que a dívida caia, em proporção do PIB, no entanto, é crucial manter o teto de gastos da União, realizar as reformas e registrar superávit primário do setor público a partir de 2023, afirmou Mansueto. “A boa notícia é que o superávit primário não precisa mais ser de 2% ou 3% do PIB”, disse. “Um primário de 1,7% do PIB já colocará a dívida em uma forte trajetória de queda. O tamanho do ajuste fiscal caiu.”

O cenário para a dívida pública é considerado muito bom por Mansueto, mas ele observou que tudo vai depender de que não ocorra um relaxamento na área fiscal. “Se relaxar no fiscal, tudo isso piora novamente rapidinho”, disse ele.

Mansueto lembrou que metade da dívida pública mobiliária federal gira em até 12 meses. Por isso, quando os juros caem, como é o caso atual, a trajetória da dívida bruta, na comparação com o PIB, melhora muito rápido. Na situação oposta, quando os juros sobem, a piora também é rápida.

Em seu cenário de referência, o Tesouro espera que a dívida pública bruta começará a cair a partir de 2023 e deverá chegar a 67,3% do PIB em 2028, o mesmo nível de março de 2016. Em outubro, a dívida pública bruta estava em 78,3% do PIB, de acordo com o Banco Central.

Em sua trajetória para a dívida, o Tesouro estimou um superávit primário para o setor público de 0,26% do PIB em 2023, de 0,82% do PIB em 2024, de 1,31% do PIB em 2025 e de 1,69% do PIB em 2026, 2027 e 2028.

No curto prazo, a trajetória para a dívida bruta poderá ser ainda melhor do que projeta o Tesouro, pois a instituição considerou os déficits primários para 2020, 2021 e 2022 previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os resultados primários efetivos nos últimos anos têm sido inferiores aos previstos na LDO. Em 2018, por exemplo, a meta da LDO para o resultado primário do setor público era de déficit de R\$ 161,3 bilhões. O resultado efetivamente observado foi de déficit primário do setor público consolidado de R\$ 108,3 bilhões. Para 2019, a meta fiscal era de déficit primário de R\$ 132 bilhões para todo o setor público, mas o governo projeta déficit inferior a R\$ 80 bilhões.

O fato mais importante, no entanto, é que a grade de parâmetros utilizada pelo Tesouro para fazer suas projeções prevê um crescimento real da economia de 2,24% no próximo ano e de 2,5% a em 2021 e 2022.

Com o maior crescimento econômico projetado, as receitas tributárias serão melhores do que neste ano. Como as despesas da União estão limitadas pelo teto de gastos, toda arrecadação acima do que está projetado no Orçamento será utilizada para melhorar o resultado primário do governo central.

Para Mansueto, a decisão da Standard & Poor's de colocar a nota de crédito do Brasil em perspectiva positiva mostra que “o ajuste fiscal está dando resultado e que estamos hoje com um cenário de dívida muito melhor que o que tínhamos há cerca de dois meses”. Segundo o secretário, o setor público vai terminar este ano “com uma dívida bruta cerca de quatro pontos percentuais do PIB menor que esperávamos”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Retrovisor capaz de reduzir acidentes finalmente chega em Salvador
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.
GABRIEL DA SILVA



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter especial da "Folha", diretora do "JB" e assessora do Banco Central. É diretora-adjunta de redação

Há mais rigidez na rigidez orçamentária

O ajuste será em pessoal, no social ou nos investimentos

13/12/2019 05h00 · Atualizado há 3 horas

O governo tem sido demasiadamente econômico nas informações sobre aonde pretende chegar com o ajuste fiscal. Não se sabe, por exemplo, o que vai acontecer com a despesa pública até 2026 - primeiros dez anos de vigência da lei que estabeleceu o teto para o gasto. E, até que ponto, os gastos sociais estarão preservados de eventuais cortes para reduzir a despesa primária, exclusive transferências federativas, dos atuais 19,8% do PIB para a faixa dos 17,1% do PIB, trajeto necessário para cumprir a lei do teto de gasto.

Ao explorar os números do orçamento executado de 2018 e a tendência do gasto no futuro, seja ele corrigido pela inflação, seja pela variação do PIB, é possível identificar quais são as reais possibilidades que estão à mão dos gestores da política econômica. O analista do Senado e especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, assessor do senador José Serra (PSDB-SP), fez esse trabalho.

PUBLICIDADE

inReed Invented by Teads

O ajuste será em pessoal, no social ou nos investimentos

Diante do esmagamento das despesas discricionárias - a ponto de não haver mais cafezinho nos ministérios -, é difícil imaginar que todo o ajuste sairá de lá, mesmo que o governo opte por zerar o gasto com investimentos, que foram de R\$ 42,49 bilhões em 2018, mas caem para cerca de R\$ 19 bilhões no Orçamento de 2020.

A área econômica já concluiu que é preciso centrar o foco do ajuste nas despesas obrigatórias. A primeira ofensiva foi na reforma da Previdência Social, conquista importante, mas que apenas desacelera o ritmo de crescimento das aposentadorias e pensões.

O segundo passo, que seria a reforma administrativa e, com ela, uma nova política de recursos humanos que resultasse em freios no crescimento da folha de salários, foi adiado para o próximo ano. E, ao que tudo indica, o presidente Jair Bolsonaro não concordou com a dureza das providências concebidas pela equipe do Ministério da Economia. Aliás, Bolsonaro tem dito a Paulo Guedes que "não dá para ganhar todas".

de “a rigidez da rigidez” do Orçamento.

Do total do gasto obrigatório, de R\$ 1,2 trilhão, 69,1% são o que se agrupa como gasto social. Este engloba a Previdência, o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-desemprego e o abono salarial. Outros 24,7% se referem à folha de salários e aposentadorias do setor público. Esses dois itens respondem por 93,8% da despesa primária do governo federal.

Há de se convir, portanto, que o que sobra de recursos livres é muito pouco: 6,2% do Orçamento. Mas nesse percentual há gastos bastante rígidos, como os 2,5% de pagamento de precatórios e as despesas de custeio nas áreas da defesa (orçamento dos militares), da segurança pública (sob a gestão do ministro da Justiça, Sergio Moro), com a agricultura e com o financiamento eleitoral.

É legítimo considerar que nessas áreas o gasto é obrigatório, até pelos interesses que ferem como o orçamento da agricultura, cujo corte teria que ser avaliado pela bancada ruralista, assim como os demais teriam que ser negociados com segmentos de forte representação política.

Um olhar mais acurado na folha de salários do setor público no ano passado - de R\$ 297,55 bilhões - mostra que 43,4% foram despesas com os inativos, 54,3%, com os ativos, e a parte restante decorreu de pagamento de precatórios. Os servidores estão assim distribuídos: 37% estão ocupados na área social, 21%, na áreas da defesa e da segurança pública e 20% dos ativos estão alocados no Judiciário e no Legislativo. Os 20% restantes estão espalhados pelas demais pastas do Executivo.

A folha é a segunda maior despesa pública obrigatória, depois da Previdência Social. Da parcela das despesas com ativos, cerca de 15,5% foram gastos com pessoal da área de defesa, 20%, com os servidores da Justiça e do Poder Legislativo, e 36,8%, com o funcionalismo da área social, além dos 22,3% que foram destinados à folha de salários de todas as demais áreas do Poder Executivo.

Nessa distribuição fica mais fácil perceber onde estão as despesas mais rígidas, inflexíveis. Há, segundo Ribeiro, algo como 12% do gasto com funcionalismo com alguma flexibilidade para cortes.

Os gastos sociais consumiram R\$ 834,1 bilhões, sendo que 70,5% corresponderam às despesas com a Previdência Social, 9,95% foram para a saúde (SUS), 2,8%, para a educação (Fundeb e alimentação escolar no ensino básico), e 10,2%, para a assistência social (Bolsa Família e BPC). A parte destinada ao seguro-desemprego e ao abono salarial representou 6,45% do total. No ano passado também foram pagos R\$ 30,4 bilhões em precatórios.

Espremidas no Orçamento estão as despesas discricionárias, que no ano passado somaram R\$ 149,7 bilhões, responsáveis por 11% do gasto primário total. Dessas, 64% foram para o custeio, 28% financiaram investimentos e a parcela restante foi destinada a gastos com inversões financeiras (programa moradia digna e integralização de cotas em organismos internacionais, dentre outras).

O que fica claro nesse mergulho nas despesas públicas é que para se fazer o ajuste até 2026 (de 0,3% do PIB por ano até lá), cumprindo a Lei do Teto de Gastos, dificilmente o governo conseguirá preservar inalterados em valores reais os gastos sociais. A não ser que, como disse Leonardo Ribeiro, ele esteja disposto a fazer cortes draconianos nas despesas de pessoal e a “fritar” os investimentos que ainda restam.

Essa é uma questão que - por mais que seja um tabu se falar em corte de gastos sociais em um país com o grau de desigualdade como o nosso - deveria estar na pauta das discussões sobre o futuro da política fiscal.

Até o momento, no entanto, ninguém se habilitou a levantar esse debate. O governo é o menos interessado em levar o assunto adiante.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

Líder do MDB articula projeto para reduzir preço da carne

Proposta prevê redução da alíquota interestadual do ICMS na comercialização do produto

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas

Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM) tem trabalhado nos bastidores do Congresso com o objetivo de intervir no preço da carne bovina brasileira, que sofreu forte reajuste nas últimas semanas em razão do aumento de exportações para o mercado chinês. Braga está colhendo assinaturas para um projeto que reduz, pelo período de um ano, a alíquota interestadual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quando relativo à comercialização desse produto.

A ideia do emedebista é fazer essa mudança por meio de um projeto de resolução do Senado, o que significa que a matéria precisaria ser votada apenas pelos senadores, sem a necessidade de aprovação igual na Câmara dos Deputados. Por conta disso, esse tipo de proposta exige ao menos 27 apoiamentos, dos quais o senador já havia recolhido metade até ontem. A ofensiva seria por uma votação após o recesso legislativo, ou seja, em fevereiro.

Braga é um dos possíveis candidatos à presidência do Senado em 2021 e tem apostado em temas populares. Há alguns meses, ele vinha pressionando o presidente do Banco Central a limitar os juros do cheque especial, o que, de fato, aconteceu. A investida seria mais uma pauta de visibilidade, o que ele nega. “Eu tenho de honrar os votos que me deram. Se você pegar meu discurso em relação a juros, há nove anos, é coerente, eu estando no governo ou não”, rebateu.

A minuta elaborada pela equipe técnica do MDB, à qual o **Valor** teve acesso, sugere uma alíquota de 3,5% para o ICMS no caso das operações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais operações, caso o projeto fosse aprovado, a alíquota seria de 6%. Atualmente, esse imposto varia entre 7% e 12% no comércio interestadual.

“Se a gente travar uma alíquota interestadual de 6%, por exemplo, isso vai obrigar os Estados não produtores baixarem. Estamos tentando encontrar uma maneira para desonerar temporariamente a carne doméstica”, disse. “Não dá para o governo federal falar que o preço da carne vai bater R\$ 200 e está tudo certo. Eu acho que essa é a única saída”, complementou.

Para elaboração do projeto, Braga solicitou estudos da Consultoria Legislativa do Senado e, de acordo com ele, as estimativas são de que a nova alíquota teria condições de reduzir em 10% o preço da carne no país.

O principal obstáculo para essa mudança devem ser os governadores, que poderiam ter impacto em suas receitas, avaliou um senador próximo ao setor pecuarista no Congresso. Outro representante do setor no Senado, Irajá Abreu (PSD-TO) também argumentou que a medida enfrentaria dificuldades junto ao agronegócio.

“Eu acho que pensar em correção de valor de carne não é o caminho, o mercado flutua. Essa demanda repentina deve ser absorvida nos próximos meses. Temos que estar sujeitos a leis de mercado. Não acredito que mexendo em alíquota de imposto, que isso tem chance de prosperar. Quem vai abrir mão de receita nos Estados? Claro que se reduzir a alíquota, baixa preço, mas eu não acredito que isso prospere”, apontou.

Braga argumenta, porém, que os pecuaristas têm uma série de incentivos fiscais. Uma fonte ligada ao governo de Rondônia, sob o comando de Marcos Rocha (PSL), explicou, por exemplo, que atualmente a alíquota interestadual da carne bovina no Estado é de 12%, mas todos os frigoríficos locais são incentivados e podem ter crédito presumido de até 85%. Na prática, isso quer dizer que a carga tributária potencial é de aproximadamente 1,85%. Por conta disso, a arrecadação direta da pecuária não é expressiva e, portanto, uma redução de alíquota não teria impacto nas receitas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos

EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.

GOVERNO DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Salvador são mais baratas do que nunca

[CASAS DE REPOUSO](#) | LINKS PATROCINADOS

Nova CPMF é necessária para aprovar IVA, segundo presidente da CBIC

Segundo dirigente, tributo permitiria desonerar a folha de pagamentos e compensar o aumento de carga esperado para setores não industriais com o IVA

Por **Fabio Graner e Edna Simão** — De Brasília

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, afirma que não há chance de o governo e o Congresso conseguirem aprovar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), sem que seja criada uma tributação sobre a movimentação financeira nos moldes da CPMF. Na última sexta-feira, Martins se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e defendeu a criação de uma “nova CPMF”, que permitiria desonerar a folha de pagamentos e compensar o aumento de carga esperado para setores não industriais com o IVA.

“Se não sair [tributação sobre movimentação financeira], não sai o IVA. Esquece”, complementou. “A gente defende que tem que trocar a contribuição sobre folha de pagamento por uma outra base. E a outra base até agora não apresentaram. A única que tem é sobre a movimentação financeira”, disse.

Ao **Valor** Martins comemorou o momento positivo para o setor de construção civil e estimou que, em 2020, o setor deve ter uma alta de 3% para o PIB, acima dos 2,2% projetados pela entidade para toda a economia no ano que vem.

Apesar do quadro melhor para o setor, Martins reclamou dos atrasos de pagamentos de obras, principalmente do programa Minha Casa, Minha Vida, o que dificulta a sobrevivência das pequenas empresas do setor. A dívida seria da ordem de R\$ 500 milhões. Criticou também medidas que retiram recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como o saque imediato permitido pela equipe econômica para ajudar a dar fôlego à atividade econômica.

Somente o saque imediato vai gerar uma saída de mais R\$ 40 bilhões neste ano, impactando uma fonte de repasses para o setor da habitação e infraestrutura urbana, num momento de escassez de dinheiro público. Segundo o presidente da CBIC, esse dinheiro seria suficiente para construir 400 mil moradias e gerar número semelhante de empregos.

Martins defendeu a aprovação de uma reforma tributária para retirar gargalos da economia e, com isso, ajudar a puxar o crescimento econômico com geração de empregos. Mas acredita que a matéria só tem condições de avançar com criação de um tributo sobre a movimentação financeira em substituição a folha de pagamento. A criação de uma “nova CPMF”, contudo, está fora dos planos do presidente Jair Bolsonaro, ainda que continue sendo um sonho alimentado por Guedes.

A insistência no assunto, que também não é bem-vista pelos parlamentares, acabou provocando a demissão de Marcos Cintra do comando da Receita. “Defendo a CPMF porque acho que é um absurdo num país como nosso você querer de novo taxar emprego. Porque o IVA, ele vem taxando quem agrega o valor”, afirmou.

Martins destaca a retomada forte do setor da construção civil no terceiro trimestre, após 20 trimestres de queda. Para este ano, a entidade estima que a construção civil registre alta de 2% e, para toda economia, expansão de 1,3%.

Ele aponta que neste ano a melhora da atividade econômica é justificada pela aprovação da reforma da Previdência, taxa de juros no menor patamar da história, inflação abaixo do centro da meta. No caso do mercado imobiliário, houve um crescimento dos lançamentos de empreendimentos, o que provocará um incremento nos indicadores no próximo ano.

Sobre o Minha Casa, Minha Vida, ele criticou a possibilidade de criação de um “voucher” para famílias de baixa renda, que funcionaria como vale-compra para a construção e reforma de imóveis. O governo prepara medida provisória para lançamento do programa, mas ainda não há data. Na avaliação dele, o país não está preparado para essa medida e o governo não tem como fiscalizar para garantir que o recurso realmente será direcionado para casa própria.

Governo do Rio defende liberação de cassinos

Secretário de Turismo do Estado, Otávio Leite, sustenta que retorno de jogos de azar deve ser gradual

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas





Otávio Leite: "Está na hora de o Brasil experimentar a abertura para cassino" — Foto: Guilherme Pinto/Agência O Globo

O secretário estadual de Turismo do Rio de Janeiro, Otávio Leite, defendeu ontem a instalação gradual de cassinos no Brasil como forma de evitar a "perda de divisas" gerada pela proibição em vigor de jogos de azar. Atualmente, dois projetos de lei que dispõem sobre a exploração de jogos de azar no país tramitam no Congresso Nacional - um na Câmara dos Deputados e outro no Senado.

"Passei 12 anos no Congresso e esse sempre foi um tema muito 'amaldiçoado'. Tenho para mim que a essa altura a discussão está mais madura. Há uma perda de divisas evidente para o país. No meu entendimento está na hora do Brasil experimentar a abertura para cassino", argumentou Leite antes de participar do seminário Rio + Turismo, promovido pelos jornais **Valor** e "O Globo" e pela revista "Época". "Acho que tem de ser feito de maneira prudente, até para avaliar com o tempo. Mas é necessário introduzi-lo", acrescentou o secretário, para depois frisar que o governo fluminense apoia essa abertura.

Em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), ainda como pré-candidato ao Planalto, em 2018, o presidente Jair Bolsonaro se disse contrário à liberação de cassinos no país, mas acenou com a possibilidade de cada Estado decidir sobre o tema. No fim do mês passado, circularam na imprensa notícias de que parlamentares do bloco conhecido como

Um dos obstáculos seria a resistência da bancada evangélica à liberação dos jogos de azar. Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, é favorável aos cassinos com a justificativa da atração de investimentos e da geração de empregos.

“Está na hora também de um entendimento entre as partes, o Legislativo, o Executivo, os Estados. E [de eles] abrirem um janela para essa possibilidade”, sustentou o secretário fluminense de Turismo. “Por que [o tema] não avançava [no Congresso]? Alguém propunha dois cassinos para o Estado. Aí vinham as emendas que inseriam: maquininhas em qualquer botequim, bingos a cada 200 mil habitantes, outras modalidades de jogos. Tudo num pacote. O Brasil ia sair do oito para o 800, virar um paraíso da jogatina internacional. E não é isso que nós precisamos.”

Também presente ao seminário, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), informou que o Estado poderá investir até R\$ 100 milhões em promoção turística ao longo de 2020. O montante é quatro vezes superior ao total desembolsado neste ano (cerca de R\$ 20 milhões) para esta finalidade.

Em seu discurso, Witzel disse que pelo menos R\$ 40 milhões já estão garantidos para a promoção turística do Rio de Janeiro no próximo ano. “Mas, se [a Secretaria de Turismo] tiver braço e perna, podemos chegar a até R\$ 100 milhões”, ressaltou o governador.

Parte da verba será destinada à abertura de seis núcleos de representação turística do Rio de Janeiro no exterior, a partir da realização de uma concorrência pública. Os planos incluem duas unidades nos Estados Unidos, duas na Europa e mais duas na América do Sul. De acordo com Otávio Leite, o custo total estimado do projeto será de R\$ 2,4 milhões por ano. “Falta informação do Brasil lá fora, informação mais precisa”, justificou o governador Witzel.

Ao longo do ano passado 7,12 milhões de turistas visitaram o Rio de Janeiro, conforme dados compilados pelo Rio Convention & Visitors Bureau. Desse total, 5,42 milhões foram visitantes internacionais, e 1,66 milhão, nacionais.

AFD quer elevar empréstimo sem aval da União

Menor participação do BNDES vem abrindo espaço para bancos multilaterais no país

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

13/12/2019 05h01 · Atualizado há 3 horas

A menor participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mercado de crédito brasileiro vem abrindo espaço para bancos multilaterais no país. Um deles, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) pretende retomar o ritmo de aprovações pré-crise em que viu sua carteira crescer rapidamente para depois estagnar por quatro anos. Agora, diz o diretor-geral da AFD, Phillipe Orliange, a ideia é intensificar o financiamento de projetos nas regiões Norte e Nordeste e incrementar a modalidade de empréstimos ao setor público sem garantias da União.

Em tempos de restrição fiscal, empréstimos sem o aval do Tesouro podem ser um escape para governos estaduais e municipais. Poucos são os instrumentos dispostos a embarcar no modelo, mais arriscado. A AFD, diz Orliange, integra a seleta lista ao lado do Banco do Brics (NDB) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), atuantes no país. O executivo participa hoje de evento organizado pela Câmara de Comércio França-Brasil.

Na avaliação de Orliange, embora sobre capital para o financiamento de projetos no mundo, existe uma limitação na natureza dessa oferta. “Fazer projeto com aval da União todo mundo faz. Fazer sem essa garantia é algo bastante inovador. Não há um número suficiente de financiadores que estejam prontos para tomar esse tipo de risco”, afirma. Hoje, cerca de 26% do volume desembolsado pela AFD, ou 500 milhões, não teve aprovação do governo federal e a ideia é que essa fatia cresça. Nesse formato, há repasses para linhas do BNDES, bancos de desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Extremo Sul (BRDE) e para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).

A diretoria da AFD encara 2019 como um “ano de retomada” que abre um ciclo aquecido de aprovações. O banco deve fechar o ano com cinco aprovações junto ao setor privado, totalizando mais de € 300 milhões. Dois projetos ainda são negociados neste mês de dezembro. Completam a lista outros dois contratos assinados pelo braço da AFD voltado ao financiamento privado, a Proparco, cujos termos a AFD não revela.

Um dos repasses aprovados em 2019 tem como tomador a prefeitura de Fortaleza, no valor de € 90 milhões com garantia soberana, para aporte em projetos de saneamento. A AFD aguarda aprovação da União para emprestar ao governo do Ceará para gestão de recursos hídricos. No Sul, foram aprovados R\$ 164 milhões à prefeitura de Curitiba, para realocação de 4,5 mil pessoas que moram em área sem saneamento.

A agência chegou ao Brasil em 2007 e teve o primeiro contrato de assinado em 2011, com a prefeitura de Curitiba. Em 2013, a carteira de aprovações somava mais de € 1 bilhão. “Foram nossos anos de ouro, mas depois as aprovações ficaram mais lentas devido à crise econômica e fiscal”, diz Orliange. Hoje são 40 projetos, somando € 1,9 bilhão desembolsados no país, a quinta maior carteira da AFD, atrás de Marrocos, Tunísia, Indonésia e Colômbia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA



Prefeitos pedem a Bolsonaro antecipação de R\$ 5,3 bilhões de recursos de leilão do pré-sal

Expectativa é usar o recurso para bancar contribuições previdenciárias de novembro, dezembro e sobre o 13º salário dos funcionários públicos

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

12 de dezembro de 2019 | 20h46

BRASÍLIA - Além de governadores, os prefeitos pedem ao presidente **Jair Bolsonaro** a antecipação de R\$ 5,3 bilhões referentes ao bônus de assinatura pelo **megaleilão do pré-sal**. A expectativa é usar o recurso para bancar contribuições previdenciárias de novembro, dezembro e sobre o 13º salário dos funcionários públicos, segundo carta assinada em 5 de dezembro pelo presidente da **Confederação Nacional de Municípios (CNM)**, Glademir Aroldi.

LEIA TAMBÉM [>Sem caixa, Estados pressionam para receber recursos do pré-sal](#)

A confederação pede para receber até 20 de dezembro o valor do bônus, "tendo em vista os encargos financeiros que ocorrem no término de cada ano".

Representantes da CNM já se reuniram com técnicos do **Ministério da Economia** para tratar da antecipação, mas ouviram que o valor dificilmente seria repassado antes de 31 de dezembro, data planejada pela pasta, apurou a reportagem. O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, frustrando a expectativa inicial de um ganho superior a R\$ 106 bilhões e participação maciça de companhias estrangeiras. Pelas regras do leilão, as empresas vencedoras (a **Petrobrás** em associação com as estatais chinesas CNOOC e CNODC) têm até 27 de dezembro para pagar o bônus de assinatura à União. Em seguida, os valores devem ser repassados à própria Petrobrás, Estados e municípios.

O **Estadão/Broadcast** revelou que o Fórum Nacional de Governadores fez o mesmo pedido a Bolsonaro. A entidade argumenta que o recurso é de “inestimável relevância” para o pagamento do 13º salário dos servidores.

Dos R\$ 69,96 bilhões efetivamente arrecadados pela União, R\$ 34,6 bilhões vão ficar com a Petrobrás, como compensação pela revisão do contrato firmado em 2010 com o governo. O restante será compartilhado entre União (R\$ 23,7 bilhões), Estados (R\$ 5,3 bilhões) e municípios (R\$ 5,3 bilhões). Por ser o Estado produtor, o Rio de Janeiro vai ter uma parcela adicional de R\$ 1,06 bilhão.

O prefeito do Rio de Janeiro, **Marcelo Crivella (Republicanos)**, esteve no Palácio do Planalto nesta semana para **pedir a Bolsonaro recursos para quitar o 13º salário dos servidores municipais, informou o próprio presidente.**

Questionado se a União pode antecipar o bônus de assinatura pelo leilão do pré-sal, Bolsonaro disse que "tem várias coisas em jogo". "(Crivella) Foi atrás de ministérios, da Caixa. Está correndo atrás aí", afirmou.

Petrobrás antecipa recurso

A Petrobrás antecipou na última terça, 10, o pagamento de R\$ 34,420 bilhões à União. O valor é referente a parte do bônus de assinatura dos campos leiloados de Búzios e Itapu. Após receber a antecipação, o governo federal pagou R\$ 34,41 bilhões à Petrobrás, valor do saldo da revisão do contrato da cessão onerosa firmado no ano de 2010. "O Ministério da Economia ressalta que a conclusão da liquidação financeira, encerra-se definitivamente um imbróglio que estava sendo discutido desde 2014, quando se iniciaram as negociações entre União e Petrobrás sobre a revisão do contrato da cessão onerosa."

Mesmo com antecipação de parte dos recursos, a União ainda aguarda receber mais R\$ 35,5 bilhões das empresas vencedoras do leilão para, depois, repassar o bônus aos Estados e municípios. O valor deve ser pago até 27 de dezembro. A economia mantém a expectativa de, se receber a cifra no fim do prazo, atender a prefeitos e governadores em 31 de dezembro.



Congresso aumenta áreas livre de cortes do Executivo em 2020

As áreas preservadas dos cortes serão pesquisa agropecuária, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, despesas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fiocruz, do Ipea e do IBGE

Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo

13 de dezembro de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - O Congresso aumentou a quantidade de áreas em que o governo não poderá reduzir recursos do **Orçamento em 2020** em caso de frustração de receitas. Os parlamentares, ao aprovarem uma proposta retomando pontos vetados pelo presidente **Jair Bolsonaro** na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, aproveitaram para incluir seis áreas na lista de ações que não poderão ter os recursos bloqueados no ano que vem.

LEIA TAMBÉM [>Congresso aprova dinheiro extra para ministérios usarem ainda em 2019](#)

As áreas preservadas dos cortes serão pesquisa agropecuária, **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, despesas da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, da **Fiocruz**, do **Ipea** e do **IBGE**. A mudança, aprovada na terça-feira, 10, pelos deputados e senadores, ainda deverá ser confirmada por Bolsonaro, que poderá sancionar ou vetar.

Na LDO, que dá as diretrizes do Orçamento, sancionada por Bolsonaro em novembro, 73 ações e programas do governo já estão livres de contingenciamento (como são chamados os bloqueios na linguagem técnica). Se Bolsonaro sancionar a proposta do Congresso, o número aumenta para 79, restringindo ainda mais as áreas em que o Executivo poderá reduzir recursos ao longo do ano.

Na sessão do Congresso, a oposição tentou incluir a **Educação** como uma área livre de ajustes orçamentários, mas a sugestão foi rejeitada.

Emendas

As áreas livres de cortes foram incluídas no mesmo projeto do Congresso que aumentou a quantidade de recursos indicados pelos parlamentares com pagamento obrigatório em 2020.

Conforme o **Estadão/Broadcast** mostrou, a proposta obriga o governo a pagar um total de R\$ 23,4 bilhões aos redutos eleitorais dos deputados e senadores em 2020, ano de eleições municipais. Parlamentares avaliam que há risco de Bolsonaro vetar o projeto.

O texto obriga o governo a pagar as emendas indicadas pelas comissões da Câmara e do Senado e pelo relator-geral do Orçamento, que totalizarão R\$ 8 bilhões no próximo ano. Atualmente, apenas as emendas individuais (cada deputado ou senador escolhe a ação contemplada) e de bancadas (decidida pela bancada de cada Estado) são expressamente impositivas – estas serão de R\$ 15,4 bilhões.

Nos casos das emendas de relator, o Executivo terá 90 dias para reservar o valor e garantir o pagamento no futuro, de acordo com o projeto. Líderes do Centrão incluíram a proposta no texto para garantir que os recursos sejam efetivamente pagos até o fim do ano.

Ainda de acordo com a proposta, o governo federal não poderá suspender o pagamento das emendas de comissão e de relator, assim como as individuais e de bancada, a menos que haja risco para descumprimento da meta fiscal ou impedimento de ordem técnica.

Caso o Executivo descumpra esse item, a proposta prevê "penalidades previstas na legislação", sem especificar quais. O líder do DEM na Câmara, **Elmar Nascimento (BA)**, sugeriu uma punição maior: crime de responsabilidade, o que abriria margem para impeachment. O texto final, no entanto ficou com uma redação genérica nesse ponto.

FOLHA DE S.PAULO

Um caminho para retomar o desenvolvimento econômico

Acordos de leniência podem reativar obras paradas

Igor Sant'Anna Tamasauskas

Mestre e doutorando em direito do Estado (USP) e sócio de Bottini & Tamasauskas Advogados, com atuação no primeiro acordo de leniência com órgãos anticorrupção brasileiros; defensor, entre outros, da J&F Investimentos

Os presidentes do STF e do STJ reuniram-se nesta semana com representantes do governo, do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir os mecanismos que possibilitam a retomada das obras públicas paralisadas em todo o país. Ou seja: como fazer para acelerar os acordos de leniência para reabilitar empresas atualmente impedidas de contratar com o poder público.

Outra iniciativa na mesma direção, também recentemente, foi a divulgação de um guia prático pela 5ª Câmara de Coordenação do Ministério Público Federal, estabelecendo modelos, passo a passo, e um tira-dúvidas sobre o modelo de solução consensual de casos de corrupção. O próprio procurador-geral da República, Augusto Aras, já anunciou como prioridade de sua gestão tentar montar um balcão único, com todas as instituições envolvidas, na formulação dos acordos.

São iniciativas para conferir maior harmonia entre os diversos ór-

gãos encarregados de estabelecer a agenda da moralidade administrativa brasileira; algumas implementadas, outras em implementação. Acordos de leniência já vêm sendo negociados em conjunto entre os diversos balcões estatais, com vistas a conferir racionalidade e corpo ao nosso sistema anticorrupção.

Todavia, nem tudo é de se comemorar. Nesta semana veio a lume uma ação de improbidade administrativa em franco desrespeito a um dos maiores acordos de leniência celebrados com o MPF: o acordo de leniência da J&F Investimentos.

Fruto de uma patente dissidência dentro do MPF, essa ação parte de elementos coligidos pela própria empresa e seus acionistas, no âmbito de seu intento colaborativo com as autoridades brasileiras — muitos esforços despendidos em investigações e auditorias. Além disso, a ação contraria trabalho sério e exaustivo elaborado por renomados escritórios, nacional e estrangeiro, contratados pelo pró-

prio BNDES para escrutinar todas as operações envolvendo a J&F Investimentos. Esse trabalho independente realizado no BNDES não encontrou qualquer evidência de atuação ilícita de atuação do banco, exatamente como sustentado e comprovado pela J&F Investimentos e seus acionistas nesses mais de dois anos de colaboração intensa com o MPF.

Mas existe a questão do protagonismo. Se a ideia de se conferir "marcas" às grandes operações de investigação teve o êxito de popularizar o trabalho das autoridades, algumas podem ter sucumbido à vaidade. Daí, por decorrência, simplesmente desgarram da ideia de pertencerem a um órgão que integra um sistema de enfrentamento da corrupção: aparentam agir não segundo os preceitos legais e normativos, mas em prol de mais publicidade.

A disputa de protagonismo sobre esses acordos não serve aos propósitos de uma agenda anticorrupção clara e segura para o país: prova disso são os esforços do próprio MPF para conter iniciativas destoantes dessa noção, sempre por meio de diálogo e orientação.

Infelizmente, há quem opte pelo confronto e pela discórdia, simplesmente por não aceitar a solução conferida por um colega de órgão, homologada por instâncias de controle, como que a exaltar a sua esfera pessoal de poder, nem que para isso necessite distorcer os fatos. Sem harmonia, caberá ao Judiciário atuar, adequadamente, para restabelecer a ideia de que esses acordos são celebrados com o Estado, e não com pessoas.

FOLHA DE S.PAULO

Câmara deixa apresentação de relatório final da reforma tributária para 2020

Thiago Resende e
Bruno Boghossian

BRASÍLIA A Câmara deixou para 2020 a apresentação do relatório final de sua proposta de reforma tributária. O texto estava prometido para outubro, mas não foi concluído.

Para os deputados, a apresentação do relatório nas semanas finais do ano deixaria o projeto exposto a críticas durante o recesso parlamentar.

O plano é concluir a redação a partir de fevereiro e tentar aprová-la na Câmara até julho.

Líderes partidários querem manter o protagonismo da Casa na proposta de reformulação do sistema tributário.

O governo ainda aposta na criação de uma comissão formada por deputados e sena-

dores para destravar a votação da reforma no Congresso.

Mas, após meses sem consenso, a Câmara decidiu ficar à frente nas discussões, principalmente diante da intenção do ministro Paulo Guedes (Economia) de sugerir uma reforma fatiada.

O clima entre os líderes é desfavorável à ideia do governo. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já expôs essa insatisfação e descrença em relação à proposta de Guedes.

Por isso, a estratégia é acelerar a reforma tributária, considerada indispensável por Maia, em 2020 — mesmo que isso signifique driblar os planos do Senado e do governo.

Com articulação de Maia, o líder do MDB, deputado Ba-

leia Rossi (SP), apresentou, em abril, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para alterar o sistema tributário.

O projeto teve apoio dos principais líderes do centrão — grupo de partidos que atuam de maneira independente em relação ao governo e que, juntos, representam a maioria dos deputados.

A versão da reforma elaborada pela Câmara prevê a substituição, em dez anos, de cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS, Cofins, ISS e IPI) por um imposto único: o IBS (imposto sobre bens e serviços).

A proposta já passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e pela fase de debates em comissão especial.

Colaborou Bernardo Caram

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro veta distribuir 100% do lucro do FGTS

Presidente sanciona MP que amplia saque extra para R\$ 998, mas desiste de repartir mais resultados com trabalhador

Bernardo Caram e Talita Fernandes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro recuou de medida apresentada pelo próprio governo e vetou o repasse aos trabalhadores de 100% dos lucros do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A mesma MP ampliava o repasse da totalidade do lucro, que acabou sendo vetado.

Com a decisão, a distribuição volta a ser feita no formato anterior, quando eram destinados 50% dos lucros, conforme definido em 2017 durante o governo de Michel Temer.

Neste ano, o governo editou uma medida provisória que, além de liberar os saques anuais do FGTS, elevou a distribuição do lucro para 100%.

Por se tratar de uma MP, a medida teve efeito imediato, mas dependia de aprovação do Congresso. Como já estava valendo, os trabalhadores receberam, neste ano, a totalidade dos lucros do fundo.

O cálculo leva em conta o lucro líquido alcançado no ano anterior da distribuição.

Em 2018, quando o repasse era de 50%, o valor foi de R\$ 17,20 para cada R\$ 1.000 de saldo em conta.

Em 2019, quando valeu a regra dos 100%, o valor passou para R\$ 30,88 para cada R\$ 1.000, o que fez a rentabilidade total das contas aumentar em cerca de três pontos percentuais. Considerando o rendimento fixado em lei (3% ao ano mais a Taxa Referencial), a correção total chegou

a 6,18%, superando a inflação e o rendimento da poupança.

A medida foi aprovada pelo Congresso, mas, nesta quinta (12), Bolsonaro vetou o trecho que estabelecia a distribuição da totalidade dos lucros. Com o veto, volta a valer a regra de 2017, com distribuição menor.

A mesma MP, cuja sanção foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta, eleva de R\$ 500 para R\$ 998 o saque extra do FGTS para quem tem saldo até o valor de um salário mínimo (R\$ 998).

Essa elevação foi incluída durante a tramitação da medida provisória no Congresso.

Segundo o Planalto, nem todos os saques poderão ser elevados para R\$ 998. Só os beneficiários que tiverem no fundo saldo de até um salário

mínimo poderão retirar o valor integral. Para os que tiverem saldo acima disso, o limite segue de R\$ 500.

Quem tinha saldo de até R\$ 998 e já sacou os R\$ 500 poderá retirar o residual.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que o pagamento extra do saque do FGTS estará disponível no dia 20.

Os parâmetros são válidos por cada conta individual. Ou seja, um mesmo usuário pode retirar esses valores de cada uma de suas contas de FGTS.

Os saques do FGTS, batizados pelo governo de Saque Certo, foram divulgados em julho, por meio da medida provisória.

Em julho, Bolsonaro chegou a dizer que achava difícil uma

ampliação do valor do saque por parte dos parlamentares.

"Nós temos que ter recursos para continuar o programa Minha Casa Minha Vida, que é muito importante pra quem não tem onde morar. Essa que é a nossa intenção. Agora, o Parlamento sabe muito bem, acho difícil eles tomarem medida nesse sentido, mas tem todo o direito de tomar", afirmou Bolsonaro na época.

Os recursos do fundo financiam o programa de habitação social. Durante o processo de elaboração da medida, o setor de construção pressionou o governo para que o fundo não perdesse recursos.

A equipe econômica afirma que calibrou os cálculos para que não haja perdas ao financiamento habitacional.

A liberação do FGTS para estimular o consumo foi usada no governo Temer. Trabalhadores puderam sacar todo o saldo de contas inativas. Foram liberados R\$ 44 bilhões.

O governo Bolsonaro estimou que cerca de R\$ 40 bilhões seriam liberados no saque extra do FGTS. Com a ampliação do valor, o Ministério da Economia espera incremento de R\$ 3 bilhões nessa conta.

Também foi definido o saque-aniversário, nova modalidade de retirada do FGTS.

Todo ano, o trabalhador poderá sacar parte do saldo da sua conta do FGTS, observados os valores constantes de uma tabela. Quanto menor for o saldo, maior o percentual do saque, podendo a alíquota variar de 5% a 50% do saldo.

FOLHA DE S.PAULO

Alta da nota do Brasil pode ser antecipada, afirma Guedes

Para ministro, agências de risco perceberam efetividade das reformas no país

Bernardo Caram

BRASÍLIA Após a agência de classificação de risco S&P elevar a perspectiva para a classificação do Brasil de estável para positiva na quarta (11), o ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta quinta (12) que espera uma antecipação na melhora da nota do país.

"A nossa expectativa é que estamos já a caminho do upgrade. Isso normalmente leva dois anos, mas acho até que vamos conseguir antecipar. Se mantivermos o nosso ritmo de reformas, o Brasil vai retomar crescimento acelerado muito rapidamente", disse.

Guedes ressaltou que a agência está percebendo a efetividade das reformas que o governo está implementando.

"O Brasil está com o menor déficit dos últimos cinco, seis anos, a taxa de juros está desabando. O Brasil está reacelerando, os investimentos estão sendo retomados, o ritmo de crescimento esperado para o ano que vem já é mais que o dobro do ritmo deste ano."

ganho acumulado do setor foi de 2,2%. Em relação ao mesmo mês em 2018, o avanço foi de 2,7%. "O setor de serviços assinala crescimento acumulado de 3% entre julho e outubro, revertendo a perda de 1,8% observada de janeiro a junho de 2019", disse Rodri-

go Lobo, gerente da pesquisa.

O setor teve crescimento em 4 das 5 atividades pesquisadas. Os segmentos de tecnologia da informação e audiovisuais impulsionaram a alta em serviços de informação e comunicação, de 1,8%. Também avançaram transportes,

serviços auxiliares aos transportes e correio (1,1%), além de serviços prestados às famílias (1,5%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (0,1%).

Ao todo, 22 das 27 unidades da federação tiveram avanço em outubro. **Diego Garcia**

**ESTÁ CADA VEZ M
FINGIR QUE A EXI
SEXIIAI INFANTII**

Hoje, no Brasil tem rating BB- (três degraus abaixo do selo de bom pagador). A decisão da S&P foi divulgada no mesmo dia em que o risco-país alcançou o menor patamar em mais de seis anos.

Na prática, a nota do país fica inalterada, mas aumentam as chances de que ela seja elevada. Embora preveja que a relação dívida/PIB do país deva crescer nos próximos três anos, a agência citou a perspectiva de melhora da posição fiscal do país, após a reforma da Previdência e com a perspectiva de continuidade da agenda fiscal em 2020, embora o risco de reveses continue.

A S&P foi a primeira a retirar o grau de investimento do país em 2015. Em entrevista à **Folha** em outubro, a analista principal da S&P para o rating soberano do Brasil, Livia Honsel, disse que a melhora da nota dependia de medidas para reduzir o déficit e estimular o crescimento de longo prazo.

MUDANÇAS

Senado vota MP da Coaf na próxima terça-feira, dia 17

AGÊNCIA SENADOR

Brasília

O presidente do senado, Davi Alcolumbre, confirmou para a terça-feira (17) a votação da MP 893/2019, que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC), reestruturando o órgão.

A MP precisa ser votada até terça-feira para não perder a validade. "Vamos votar na terça-feira. Eu falei com os líderes partidários e eles estão chamando os senadores para essa votação", garantiu Davi.

O plenário da Câmara aprovou a Medida Provisória 893/19, que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC), reestruturando o órgão. O texto segue para análise do Senado.

O Coaf havia mudado de nome para UIF (Unidade de

Inteligência Financeira) em agosto. O órgão tem a atribuição de monitorar as atividades financeiras e de produzir informações para prevenir e combater a lavagem de dinheiro, aplicando penas administrativas a entidades do sistema financeiro que não enviarem os dados necessários para esse trabalho de inteligência.

O texto enviado pela Câmara ao Senado traz alterações com relação ao texto encaminhado pelo Poder Executivo.

Entre os pontos da matéria original retirados estão a

mudança de nome do Coaf para UIF e a transformação do plenário (órgão colegiado) em conselho deliberativo.

Reforma tributária

Além disso, destaque aprovado por acordo entre os partidos retirou das atribuições do órgão a de produzir informações para o combate ao financiamento do terrorismo.

Para o próximo semestre, Davi Alcolumbre apontou como uma das prioridades a reforma tributária. A intenção, segundo o presidente, é instituir uma comissão especial composta por 15 deputados e 15 senadores para tentar chegar a um texto de conciliação entre Câmara, Senado e governo.

"Vamos dar para a sociedade brasileira a possibilidade de desburocratizar a gestão tributária no Brasil, que é um entrave para o desenvolvimento e para a geração de emprego", afirmou.

Entre os pontos retirados estão a mudança de nome do Coaf e a mudança do plenário

Tribuna

GERSON BRASIL

Quando a Selic chegará no bolso dos consumidores?



O mercado já havia precificado que a Selic chegaria ao fim do ano com mais um corte e fecharia em 4,5%. O Copom confirmou a previsão; foi mais adiante e deixou em aberto outra possível redução na taxa básica de juros da economia brasileira. Com isso, escancarou mais ainda a distorção entre a Selic e os juros cobrados pelos bancos nos financiamentos a pessoas físicas e jurídicas.

Há uma distância abissal entre a Selic e as taxas verificadas no cheque especial e no rotativo dos cartões de crédito, acima de 300% ao ano. Os bancos argumentam que a inadimplência é alta, porque a garantia de ressarcimento dos financiamentos é baixa, devido a dificuldade em receber aquilo que foi emprestado, leis trabalhistas e impostos.

No entanto, os especialistas afirmam que a concentração bancária – apenas cinco bancos detêm mais de 80% do crédito no país – seria o principal motivo dos juros altos. O fato é que a Selic em 4,5% põe em xeque os juros praticados pelos bancos e empurra o Banco Central para uma zona sem conforto e, de certa forma, de conflito.

Resolver esse enigma é um desafio que o BC terá de enfrentar,

mesmo sem contar com a independência. Aliás, essa questão estava pautada na Câmara dos Deputados, mas de repente ficou de escanteio, logo após o BC ter fixado em 8% os juros do cheque especial.

O Banco Central tem dito à imprensa que é desconfortável uma Selic tão baixa em relação aos juros cobrados no crediário. Prometeu acabar com o financiamento no cartão sem juros, porque entende que alguém paga essa operação, e, como diz o ditado, não há almoço gratuito.

Essa disparidade entre a Selic e os juros cobrados pelos bancos não atinge somente o crédito imediato, mas também os financiamentos de longo prazo. Um bom exemplo é o setor imobiliário. Qualquer mexida negativa nas taxas de juros cobradas nesse setor provoca um alívio e tanto para o mutuário. De imediato, a Caixa já operou o corte dos juros no financiamento imobiliário, passou de 6,75% ao ano mais TR, para 6,50% ao ano mais TR. A TR é a Taxa Referencial, que atualmente está zerada. Este corte terá um impacto gigantesco no financiamento imobiliário, quase se ombreando com os juros cobrados nos Estados Unidos, 3,56%. É bom lembrar que o PIB americano é US\$ 21,5 trilhões, enquanto o nacional crava US\$ 1,8 trilhão. Se

a construção civil abandonar a colher de pedreiro, os ganhos para o setor podem ser maiores.

No Brasil, a racionalidade conta pouco e os mitos se somam em quantidades gigantescas, ancorados na tradição. Tomemos o exemplo do salário mínimo, que levou 24 anos para sair de 39 dólares em 1970 para 100 dólares em 1994 e mais 20 anos para deixar os 100 dólares e atingir 300 dólares em 2014. Hoje chega a pouco mais de 237 dólares.

O argumentatio que inibia a mudança era sempre o mesmo, a economia não estava pronta e se houvesse um aquecimento por baixo os agentes econômicos sofreriam, principalmente as prefeituras, além, claro, da explosão de preços, porque a demanda iria extrapolar e muito a oferta.

Esse mito caducou, mas temos dois outros que insistem numa racionalidade parva. A taxa de juros cobrados ao consumidor e a prisão em segunda instância. O primeiro mito está atrelado à balela da inadimplência e outras miçangas. É a justificativa para que o juro se torne reserva de valor. Já o mito de que não é possível a prisão em segunda instância está atrelado à Constituição, como se a sociedade fosse estática. Parece que estamos diante de Henri Duval, personagem de Edgar Allan Poe em os "Crimes da Rua Morgue". A testemunha não falava italiano, mas ficou convencido de que as vozes que ouvira eram de italianos, pela entonação. Ou seja, uma estupidez racionalizada. No Youtube, Magali Datzira recria Unchain my heart, canção muito conhecida na versão de Joe Cocker.

Tribuna

TSE aprova normas para eleição municipal de 2020

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem as primeiras quatro resoluções com regras para a eleição municipal de 2020, entre as quais a que regulamenta os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação. Neste caso, a principal novidade foi a ampliação do rol de entidades que podem fiscalizar a votação, que passa agora a incluir, por exemplo, as Forças Armadas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Contas da União (TCU) e entidades privadas, sem fins lucrativos. Agência Brasil

Sob pressão, relator propõe reduzir fundo eleitoral a R\$ 2 bi



O RELATOR DO Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-AM), tenta convencer líderes a abandonarem a ideia de engordar o fundo eleitoral

O ESTADO DE S. PAULO

Sob pressão, o relator do Orçamento no Congresso, deputado Domingos Neto (PSD-AM), tenta convencer líderes de partido da Câmara a abandonar a ideia de engordar a quantia destinada a campanhas eleitorais no ano que vem e aceitar o fundo eleitoral no valor de R\$ 2 bilhões proposto pelo governo. O possível recuo ocorre após a sinalização do presidente Jair Bolsonaro de que pode vetar um valor maior, deixando candidatos a prefeito e vereador sem re-

ursos públicos do fundo eleitoral em 2020.

A Comissão Mista do Orçamento aprovou na semana passada relatório de Domingos Neto que prevê R\$ 3,8 bilhões para o fundo usado para financiar as campanhas. Este valor ainda precisa de aval do plenário, em votação marcada para o dia 17.

Na terça-feira, 10, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) levou aos parlamentares uma proposta de baixar para R\$ 2,5 bilhões, com o compromisso de que, assim, Bolsonaro não vetaria. Pouco após a negociação ser noticiada pelo Estado, o presidente foi ao Twitter desautorizar seus

articuladores políticos e dizer que não havia tratado do assunto e nem "enviado" recado ao Congresso.

A lógica do deputado é de que mais vale ter a garantia de que terão algum dinheiro para as campanhas do que correr o risco de aprovar os R\$ 3,8 bilhões e depois, caso Bolsonaro vete, não terem nem o que foi proposto pelo governo.

Os líderes dos partidos políticos ainda estão reticentes ao acordo. Isso porque parte deles se sentiu enganada pelo governo. Na reunião de terça, Bezerra Coelho deu a entender que falava em nome do presidente quando propôs a redução para R\$ 2,5 bilhões.

Relator do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), destinou R\$ 3,8 bilhões de recursos públicos para gastos eleitorais em seu relatório.

Após a negativa do presidente no Twitter, os dirigentes partidários voltaram a se reunir com o líder do governo do Senado para tentar entender o que havia acontecido. Bezerra Coelho afirmou a eles que o acordo havia sido negociado com a equipe de articulação política do Palácio do Planalto, mas que Bolsonaro ligou na noite de terça avisando que vetaria a proposta de R\$ 2,5 bilhões levada pelo próprio líder do governo.

No mesmo dia, num evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, Bolsonaro se manifestou sobre o assunto: "Vamos supor que passe o fundo de 3,8 bilhões, quanto caberá ao meu partido futuro (Aliança pelo Brasil)? Não sabe? Parabéns, é zero", afirmou o presidente.

O aumento do fundo para R\$ 3,8 bilhões foi incluído por Domingos Neto na proposta orçamentária após um pedido assinado por presidentes de 13 partidos. Eles agora estão divididos: parte deles já admite recuar e

aceitar os R\$ 2 bilhões, mas outros defendem aprovar o valor a mais e tentar maioria na Câmara e no Senado para derrubar um eventual veto de Bolsonaro.

O fundo eleitoral, que é o principal mecanismo de financiamento público dos candidatos, distribuiu R\$ 1,7 bilhão em 2018. Ele foi criado em 2016 para compensar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou com a possibilidade da doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibra o jogo democrático.

Tribuna

Brasil está 'a caminho do upgrade', diz Guedes

Alexandro Martello
G1 — Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o Brasil está a caminho de um 'upgrade' pelas agências de classificação de risco.

Guedes deu a declaração ao comentar a revisão da perspectiva da nota de crédito do Brasil, de estável para positiva, anunciada pela agência Standard & Poors nesta quarta-feira (11).

O rating brasileiro permaneceu em BB-. A mudança da perspectiva deixa o Brasil mais próximo de subir na classificação concedida pela agência nos próximos meses.

A economia brasileira ainda está dois degraus distantes grau de investimento, sob a classificação da S&P.

A marca, perdida em

2015, é uma espécie de "selo de bom pagador" que assegura a capacidade do país de honrar seus compromissos financeiros.

"Então, a expectativa nossa é que estamos já a caminho do 'upgrade'. Isso normalmente leva dois anos, mas acho até que vamos conseguir antecipar. Se mantivermos nosso ritmo de reformas, o Brasil vai retomar o crescimento acelerado muito rapidamente", afirmou o ministro a jornalistas.

Segundo Guedes, a Standard & Poors "está só percebendo a efetividade das reformas que estamos implementando".

"O Brasil está com o menor déficit dos últimos cinco, seis anos. A taxa de juros está desabando. O Brasil está reacelerando. Vocês viram que os investimentos estão sendo retomados. O ritmo de crescimento esperado para o ano

que vem já é mais do que o dobro do ritmo desse ano", disse Guedes, após almoço com deputados da Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

DECISÃO DA S&P

A agência justificou a decisão de melhorar a perspectiva brasileira diante da aprovação da reforma da Previdência, da expectativa do avanço de outras medidas fiscais e de um crescimento mais acelerado, o que pode "melhorar a posição fiscal do Brasil no médio prazo (próximos três anos)".

A S&P disse ainda que a revisão reflete uma expectativa de melhora da nota para o país nos próximos dois anos se essa agenda avançar. A agência estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do país vai crescer 1% neste ano e de 2% no ano que vem.

